

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 13 X 2

Data: 07.10.84

Pg.:

Levi-Strauss pede criação de parque indígena

Da Sucursal de Brasília

Uma petição assinada pelos antropólogos Claude Levi-Strauss e Jacques Soustelle, da Academia Francesa, e mais 44 membros da comunidade científica internacional, foi encaminhada ao presidente Figueiredo, pedindo a criação do Parque Indígena Ianomâni. No documento, os cientistas afirmam: "É com extrema preocupação que vimos acompanhando nos últimos anos a situação dos índios ianomânis, vítimas de graves epidemias... Considerando os perigos do indefinido prolongamento de uma situação legal tão precária, apelamos no sentido de que a demarcação definitiva do território seja concretizada, através da criação de um parque indígena amplo e contínuo".

A solicitação feita pelos antropólogos coincide com a decisão do ex-presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, de enviar ao grupo de trabalho integrado pelo Conselho de Segurança Nacional (Grupão) a proposta de criação do parque ianomâni, com 9 milhões de hectares.

A criação do parque mereceu parecer favorável de uma missão especial que visitou aquela área indígena. A comissão foi integrada por representantes do Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Segurança e Informação do Ministério do Interior e Funai.

Temores

Embora haja consenso nas áreas governamentais sobre a necessidade de se criar o parque ianomâni, setores do CSN temem uma "perda da soberania nacional" com a demarcação de uma área habitada por índios, cuja grande maioria não tem qualquer contato com a sociedade nacional, sob influência de missionários quase sempre de origem estrangeira.

Esse temor tem sido grande empecilho na definição da situação jurídica do território, porque as áreas ocupadas por esses índios se localizam na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Como do lado de lá da fronteira há também ianomânis, num total de oito mil pessoas, o Conselho de Segurança se preocupa com a repetição do problema dos índios guajiras, entre a Venezuela e a Colômbia que, a partir da delimitação da área, formaram um "território livre", exatamente na fronteira desses dois países.

Mas o próprio CSN, com a ajuda dos batalhões de fronteira, podem solucionar a questão, instalando postos de vigilância que, ao mesmo tempo fiscalizariam a invasão do território brasileiro e a invasão da área indígena. O problema está colocado no relatório da comissão que visitou a área. No relatório, os militares sugerem a implantação de elementos necessários para atender "os princípios assistenciais gerais de segurança. Todas as possíveis vias de acesso ao interior da área deveriam ser, pelo menos, vigiadas de modo a proteger a comunidade assistida".

Interesses em minérios

Além dos temores demonstrados pelos órgãos de segurança do governo brasileiro, a área indígena ianomâni, rica em urânio, cassiterita, nióbio, ouro e diamantes, tem sido objeto de constantes pressões políticas no sentido de que seja liberada para a exploração de minérios.

Parlamentares de Roraima, com trânsito fácil nas áreas militares, pressionam o governo para que ele não crie o parque indígena. E os argumentos desses parlamentares justificam, quase sempre, a questão de soberania nacional, apelando para a xenofobia, como fez o deputado Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR, indeciso), em recente discurso na Câmara dos Deputados. Sem confessar que o interesse maior é a abertura do garimpo de ouro na área dos rios Apiaú e Uraricá (afluente do rio Uraricoera), o deputado criticou a Funai, as entidades de defesa aos índios e missionários, dizendo que há "interesses escusos" no propósito daqueles que defendem a definição do território ianomâni.

Todos esses problemas serão analisados esta semana pelo grupo de trabalho que decide sobre a demarcação das áreas indígenas e que é integrado, entre outros, pelo próprio Conselho de Segurança e pelo Ministério de Assuntos Fundiários, cujo titular é o ministro Danilo Venturini, secretário do CSN. M.M.